

---

**UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE A LITERATURA INFANTIL: LIBERDADE,  
ALCANCE E DIREITO À LEITURA**

Vanessa Carla Ayala<sup>1</sup>  
Carolina Barbosa Lima e Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Propõe-se, neste trabalho, um estudo sobre a literatura voltada para o público infantil. Sob um viés analítico, este texto visa problematizar alguns aspectos da crítica literária e do senso comum com o objetivo de refletir sobre o alcance da literatura em tempos de censura. O episódio da Bienal do Livro de 2019, ocasião em que houve uma deliberada tentativa de censura à arte e uma manifestação explícita de intolerância à diversidade sexual, foi tomado como um ponto de partida para a discussão sobre o cerceamento sofrido pelos textos literários em meio à contemporaneidade. Com o intuito de evidenciar diversos equívocos interpretativos advindos de instâncias políticas que procuram censurar a arte, propõe-se aqui uma análise sobre os elementos éticos e estéticos de *A bolsa Amarela*, de Lygia Bojunga, uma das obras que sofreu este tipo de ataque em 2019. Calçado nas teorias de Peter Hunt (2010), Nelly Novaes Coelho (2000), Regina Zilberman (2005) e Antônio Candido (2004), este artigo defende a importância da literatura para a formação do ser humano enquanto ser social, bem como a liberdade de expressão da arte literária, que não deve permanecer sob o controle de posicionamentos ideológicos que a intitule como própria ou não para leitores infantis e juvenis.

**Palavras-chave:** Literatura Infantil e Juvenil; Censura; Senso Comum; Direito à Literatura.

**A NEW PERSPECTIVE ON CHILDREN'S LITERATURE: FREEDOM, REACH AND  
THE RIGHT TO READ**

**Abstract:** This work proposes a study on literature for children. From an analytical perspective, this text aims to problematize some aspects of literary criticism and common sense with the objective of reflecting on the reach of literature in times of censorship. The 2019 Book Biennial episode, an occasion in which there was a deliberate attempt to censor art and an explicit manifestation of intolerance towards sexual diversity, was taken as a starting point for the discussion about the restriction suffered by literary texts amid the contemporaneity. In order to highlight several interpretative mistakes arising from political instances that Search for censor art, we propose here an analysis of the ethical and aesthetic elements of *A Bolsa Amarela*, by Lygia Bojunga, one of the works that suffered this type of attack in 2019. Based on the theories of Peter Hunt (2010), Nelly Novaes Coelho (2000), Regina Zilberman (2005) and Antônio Candido (2004), this article defends the importance of literature for the formation of the human being as a social being, as well as the freedom of expression of literary art, which must not remain under the control of ideological positions that denote it as suitable or not for children and young readers.

---

1 Graduada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (CPAN/UFMS).

2 Doutora em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atua como Professora Visitante da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e desenvolve um estágio de Pós-Doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UFMS

**Keywords:** Children's and Young Adult Literature; Censorship; Common sense; Right to Literature.

## INTRODUÇÃO

Vislumbramos, neste artigo, discorrer sobre as peculiaridades relacionadas à Literatura Infantil. Valendo-nos das teorias de Peter Hunt e de Nelly Novaes Coelho, problematizamos, aqui, a batalha entre a crítica literária especializada e o senso comum, na qual este defende a ideia de que literatura deve se manifestar pragmaticamente como uma ferramenta pedagógica e aquela de que a literatura, por ser a representação da vida humana, deve representar tudo aquilo que nela está inserido.

Partindo desta perspectiva, procuramos evidenciar neste trabalho os desacertos entre o senso comum e a crítica literária especializada ao analisarmos os elementos éticos e estéticos que compõem *A bolsa amarela*, de Lygia Bojunga, bem como os ataques de censura sofridos por este texto literário.

Compreendendo que a temática pode provocar, em determinados leitores, questionamentos de teor ideológico, esclarecemos que a literatura não é aqui evocada como um gancho para a discussão sobre o que é ou não permitido apresentar às crianças no âmbito das artes, haja vista a complexidade do tema. Defendemos, no entanto, a ideia que a literatura não pode ser tratada como ensino prescritivo isoladamente, tampouco ser submetida à censura indiscriminada, como se tem visto.

As indagações que pretendemos levantar neste trabalho não objetivam respostas estanques, mas um diálogo com vistas a clarear os labirintos criados pela censura e, assim, contribuir para o desatamento de nós que aprisionam a liberdade expressiva daqueles que perpetuam no plano das artes a complexidade das relações humanas. É necessário que os muros frente ao acesso à literatura sejam derrubados e que esta arte passe a ocupar o lugar de importância que lhe cabe em meio ao cenário contemporâneo brasileiro, pois a literatura contribui para o desenvolvimento, o amadurecimento e a humanização dos sujeitos em formação. Neste viés, vale apresentarmos aqui uma reflexão de Nelly Novaes Coelho sobre a importância da literatura:

A literatura infantil, antes de tudo, é literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização. (COELHO, 2000, p.27).

Em uma perspectiva análoga e complementar, Antônio Candido afirma que a literatura “é fator indispensável de humanização e sendo assim, confirma o homem na sua humanidade” (CANDIDO, 2004, p. 175). Nesta perspectiva, a literatura pode ser compreendida como a ponte que conduz o leitor a novas experiências emotivas. Por meio de uma realidade transfigurada em múltiplas vivências, as criações literárias conduzem o leitor a um mundo imagético configurado por palavras que, alinhadas e combinadas, produzem uma multiplicidade de sentidos.

Por isso, para além de ponderar sobre a censura, a crítica literária e o senso comum, propomos, neste trabalho, destacar o indubitável valor da literatura infantil para a formação crítica de jovens leitores.

### **A LITERATURA INFANTIL EM *CRÍTICA, TEORIA E LITERATURA INFANTIL*, DE PETER HUNT**

A obra de Peter Hunt é de suma importância para os que queiram se aventurar no desafio que é o estudo da literatura infantil e juvenil e suas ramificações. Seu livro, *Crítica, Teoria e Literatura Infantil*, traz à baila questões fundamentais a serem discutidas acerca dessa categoria literária. A complexidade do assunto abarca não só questões referentes à produção material livresca, como por exemplo, as capas, as ilustrações, as escolhas de imagens representativas, mas principalmente o conteúdo dessas obras. Este, na verdade, é o ponto mais amplo e difícil de ser debatido, pois costuma ser avaliado por ideologias, políticas e valores sociais cristalizados em uma sociedade.

Ao longo dos primeiros quatro capítulos do livro, podemos observar como se dá a construção de uma teoria literária pautada no interesse da sociedade de se fazer representar por meio da literatura. O autor pontua a necessidade de estudos mais aprofundados, bem como de técnicas e abordagens fundamentadas em conceitos teóricos, para se pensar na literatura infantil.

Devemos notar que, ao longo de seu estudo, o autor não analisa textos literários exclusivamente pelos seus respectivos elementos intranarrativos, uma vez que analisá-los dessa forma seria, em sua perspectiva, reduzir a experiência de leitura a meros passos analíticos, “por isso, não me proponho a analisar livros como muitos leitores em países de língua inglesa foram ensinados a fazer – separando enredo, personagem, espaço, estilo e

assim por diante” (HUNT, 2010, p.15). Para melhor compreendermos a ideia defendida pelo autor, propomos aqui uma síntese de *Crítica, Teoria e Literatura Infantil*.

No primeiro capítulo, Hunt trata das possíveis e precisas técnicas de análise textual realizada pela crítica literária, aponta também a dificuldade de se elaborar e difundir textos teóricos sobre literatura infantil. O autor defende a ideia de que esses conteúdos teóricos, em grande parte, ainda moram no âmbito dos estudos acadêmicos. Podemos observar, no excerto abaixo, que as dificuldades relacionadas à leitura e ao estudo da Literatura Infantil estão ancoradas, entre outras razões, à ausência de um cânone:

A dificuldade com a literatura infantil é que, devido a sua acessibilidade, devido à inexistência de “cânonos” e porque os principais leitores não estão envolvidos em um jogo literário, há pouca margem para interpretações “padrão” (exceto, e em uma proporção cada vez menor, num contexto de provas escolares). As crianças (e a maioria de seus mentores) não têm tempo para a “resposta correta” imposta, embora elas sejam mais propensas a reconhecer que é com isso que estão lidando. Introduzir uma criança na literatura da maneira que ela tem sido definida até agora é limitar, e não expandir, sua vida: é transferir a liberdade que advém da aceitação da igualdade de todos os textos para a aceitação dos códigos de alguns textos—os de uma minoria privilegiada. (HUNT, 2010, p.24).

Um importante ponto observado por Hunt, ainda quanto ao cânone, é que ele não deve estar pautado em aspectos superficiais de uma obra, como por exemplo, a editora ou o tipo de ilustração utilizada na capa do livro. A análise de um texto literário deve levar em consideração, dentre outros aspectos, o que está nas malhas do discurso que narra a história. O que importa, na verdade, não é o conteúdo do livro de forma isolada, mas sua configuração em uma linguagem literária. Em um viés complementar, Antônio Cândido, em *O direito à literatura*, afirma que uma das características mais importantes da literatura é seu modo de “construção de objetos autônomos como estrutura e significado, [este] é o aspecto, senão mais importante, com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literária ou não” (CANDIDO, 2004, p.177).

Textos óbvios não permitem que o imaginário construa novas perspectivas, uma história que acolhe todas as respostas em sua narrativa, não inquieta o leitor, não o incomoda e, conseqüentemente, não o leva a buscar novas soluções. Desse modo, conforme pontua Hunt, faz-se necessário oferecer aos leitores a maior gama possível de textos, sem que o cânone seja uma prerrogativa:

Quero enfatizar a grande riqueza da literatura infantil, dos clássicos às figuras de

---

enorme influência da cultura “popular”, da metaficção aos textos experimentais em multimídias até os mais recentes e efêmeros textos, incluindo livros-ilustrados, [a] contos de fadas e tudo o que possa ser proveitosamente examinado. Não se trata de uma pesquisa, de uma história, nem de um guia educativo prático. E não tenta estabelecer um “cânone” para se opor à literatura em si mesma (embora seja possível fazê-lo). Ao contrário, tenta, pela discussão de uma ampla gama de textos, dotar os leitores de um arsenal que lhes possibilite entender melhor os livros para criança e compreender seu próprio entendimento e o das crianças-leitoras (HUNT, 2010, p. 26).

O autor finaliza o primeiro capítulo ressaltando a importância de não se atribuir um juízo de valor ancorado em uma concepção ideológica, partidária ou limitadora aos textos literários infantis. A ideia que relaciona um bom livro a uma função doutrinadora deve ser reavaliada, conforme Regina Zilberman, em *A Literatura Infantil na Escola*:

A literatura contraria o caráter pedagógico [...] sua atuação dá-se dentro de uma faixa de conhecimento, não porque transmite informações e ensinamentos morais, mas porque pode outorgar ao leitor a possibilidade de desdobramentos das suas capacidades intelectuais. (ZILBERMAN, 2003, p.46)

A literatura infantil, nesse sentido, leva à reflexão acerca do mundo e das relações que nele se estabelecem e essas reflexões podem, em certa medida, ser feitas pelas crianças por meio de textos que as levem a experienciar situações alheias à sua realidade, porém comuns na sociedade em que se vive.

No segundo capítulo do livro, Hunt elenca aspectos sobre a importância da literatura infantil no desenvolvimento e na formação da criança. Conforme explica o estudioso, os textos infantis configuram-se em inúmeras formas literárias e essa riqueza textual permite ao leitor um contato profícuo com a língua e as suas inúmeras variações. Outro fator que devemos ressaltar é a bagagem cultural que essas leituras proporcionam aos leitores.

Podemos compreender, desta forma, que a literatura é um veículo imprescindível para a formação e a propagação da cultura de uma sociedade, afinal, por meio dela conhecemos diferentes maneiras de enxergar o mundo e as diversas relações sociais estabelecidas nele estabelecidas. Leiamos, aqui, as palavras do autor:

Do ponto de vista histórico, os livros para criança são uma contribuição valiosa à história social, literária e bibliográfica; do ponto de vista contemporâneo, são vitais para a alfabetização e para a cultura, além de estarem no auge da vanguarda da relação palavra e imagem nas narrativas, em lugar da palavra simplesmente escrita (HUNT, 2010, p. 30).

Ainda no segundo capítulo, Hunt critica textos infantis que, partindo do pressuposto de que as crianças podem não entender a narrativa, são estruturados em uma linguagem óbvia. Ora, é extremamente válida uma história elaborada com riqueza linguística, pois esta desperta a curiosidade do leitor por uma palavra desconhecida e faz com que o seu vocabulário seja ampliado. Além disso, o leitor pode inferir o significado de uma palavra ao compreender o contexto de seu respectivo conjunto textual. Por tudo isso, Hunt advoga que a literatura intitulada infantil não deve ser configurada de forma inferior às demais literaturas:

A suposição de que a literatura infantil seja necessariamente inferior a outras literaturas—para não falar que é uma contradição conceitual—é, tanto em termos linguísticos como filosóficos, insustentável. Implica também uma improvável homogeneidade entre texto e abordagem autoral, uma perspectiva ingênua da relação entre leitor e texto e uma total falta de entendimento tanto das habilidades da criança leitora como da forma como os textos operam. (HUNT, 2010, p. 34).

Nos capítulos seguintes, Hunt propõe uma discussão sobre os preconceitos relacionados à criação literária destinada ao público infantil, sobre o que é de fato literatura e sobre a relação entre o livro e o leitor. No decorrer desses capítulos, o autor procura desmistificar o engessamento relacionado à ideia de que a literatura infantil não serve para adultos e vice-versa.

A colocação do autor permite-nos entender que um livro destinado ao público infantil pode conter uma gama de sentido capaz de levar o adulto a interpretar a mesma narrativa de maneira mais profunda que uma criança. Um mesmo texto nos possibilita inferências distintas, justamente pelo fato de que cada leitor possui um conhecimento de mundo diferente e uma bagagem de leitura mais ou menos avançada. Nesse sentido, compreendemos a necessidade de mergulhar nas camadas mais profundas do texto e, para tanto, é preciso que tenhamos uma relação familiar com a literatura. Vale ressaltar que este é um caminho longo, gradativo e mediado, mas altamente enriquecedor.

No que tange à literatura, Hunt enfatiza que o texto literário deve ser tratado como tal, sem ser reduzido a um sentido dicionarizado, isto é, as palavras que o compõem não devem ser exclusivamente tomadas em seus aspectos literais, mas sim em seu sentido amplo, livre e acima de tudo contextualizado. Devemos lembrar que a palavra, matéria prima da literatura, é explorada pelos escritores em seu sentido mais plurissignificativo e que esta multiplicidade de sentidos é uma das riquezas inerentes ao texto literário.

## LITERATURA INFANTIL E CENSURA

Ao longo da história da humanidade, a literatura foi alvo de diversos crivos ideológicos que procuraram cercear a liberdade criativa de escritores e o acesso ao público a determinados textos. Contudo, torna-se cada vez mais expressiva a luta contra a censura das mais diversas formas de expressões artísticas.

Contemporaneamente, encontramos-nos inseridos em uma realidade cuja pluralidade de formas de existir, pensar e se expressar é um ponto a ser valorizado em todas as suas possibilidades, especialmente nas configurações artísticas. Nesta perspectiva, Candido propõe a seguinte reflexão:

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscria; a que os poderes e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominantes (2004, p. 175).

Partindo deste ponto de vista, vale lembrarmos a Bienal do Livro de 2019, ocasião em que Marcelo Crivella, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, determinou que fossem recolhidos exemplares de livros considerados impróprios para crianças, o foco da busca foi a HQ de super-heróis da Marvel, “Vingadores: A cruzada das crianças”, dos autores Allan Heinberg e Jim Cheungem, obra em que duas personagens masculinas aparecem se beijando em um painel.

Para parte do senso comum, carregado de ideologias sociais e políticas, a atitude do prefeito foi assertiva, uma vez que o político se manifestou em defesa da “família e dos bons costumes”. No entanto, vale indagarmos-nos: por que censurar o que é comum na atualidade? Por que esconder, ignorar ou condenar a homossexualidade? Privar as crianças de reconhecer que existem outras formas de manifestar-se afetivamente não seria um caminho perigoso?

Vale notarmos que o livro censurado não trata exclusivamente da relação entre dois homens, mas de uma nova geração de heróis que assumem o manto dos “jovens vingadores” e lançam mão de seus poderes para combater crimes.

Para os autores e críticos que defendem a representatividade, a atitude do prefeito deve ser repudiada, pois fere o direito de todo ser humano à literatura e impulsiona a discriminação e o preconceito no Brasil.

Diante deste episódio, vale nos indagarmos: a literatura infantil e juvenil está sob o julgo de quem? Outro ponto de reflexão é sobre a influência dos governantes e legisladores acerca do que as crianças devem, ou não, ler e ter acesso. Quais embasamentos teóricos sobre literatura esses “representantes do povo” têm para liberar ou censurar uma obra literária? Estariam eles ancorados em que ideologia?

Ao pensar neste contexto de censura, a Doutora em Literatura Brasileira, Ana Crélia Dias, publicou *A literatura infantil tem sido alvo do conservadorismo nos tempos atuais*, texto crítico em que faz alusão às obras de Monteiro Lobato e seus discípulos, discorrendo sobre a escrita elaborada e repleta de sentidos, sobre textos artísticos que possibilitam ao leitor vivenciar diversas experiências por meio do imaginário. Leiamos, aqui, as palavras da autora:

A literatura, como fenômeno artístico, não ensina segundo preceitos moralistas. Sua forma de conhecimento diz respeito a uma investigação simbólica das potencialidades humanas, e não a uma ferramenta prescritiva de comportamentos, sejam eles quais forem. Numa relação dialética com o real, aproximando-se dele e também transfigurando-o, o texto literário encena experiências que são humanas, recriando-as esteticamente, e não as repetindo como informação. (DIAS, 2019, p. 1).

Algumas obras de escritoras como Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Lygia Bojunga são citadas por Dias como exemplos de narrativas que, desde a década de 1970, configuram as crianças como personagens protagonistas de enredos desenvolvidos em meio a situações cotidianas.

Apesar das inúmeras e valiosas contribuições ao público leitor brasileiro, a literatura infantil vem sendo alvo de diversos ataques praticados pelo parlamentarismo conservador do atual cenário político em que nos encontramos inseridos. Devemos notar, no entanto, que muitos livros vêm sofrendo este ataque por serem analisados fora de seus respectivos contextos.

A bolsa amarela, de Lygia Bojunga, foi alvo de censura em um debate sobre a adoção do livro em escolas municipais de Limeira, São Paulo. Para o vereador Clayton Silva (PSC), a censura poderia ser justificada porque a personagem protagonista, Raquel, relata o desejo de ter nascido menino, de ser adulta e de ser escritora. O desejo de Raquel de ter nascido menino é interpretado pelo vereador sob a perspectiva da “ideologia de gênero”. Não houve, entretanto, qualquer fundamentação teórica nesta leitura política sobre a obra de Bojunga. Nota-se, ainda, que o contexto que envolve o pequeno enxerto do romance em questão, apresentado como justificativa para a censura, foi mutilado nesta interpretação ideológica

---

sobre a obra. Ao pensar neste episódio político de ataque à literatura, Dias propõe a seguinte assertiva:

A interpretação do vereador sobre a vontade de Raquel de ter nascido menino como uma defesa do que chama de “ideologia de gênero” baseia-se na leitura literal da primeira página da obra, mas também revela uma concepção de literatura infantil como produção de apoio à prática pedagógica, que não está apenas na esfera do senso comum, do qual o político faz parte. A ausência de um debate qualificado sobre a produção literária para crianças — e também jovens — deixa professores e alguns familiares bem-intencionados desprovidos de instrumental teórico para a defesa do direito das crianças ao acesso à literatura (DIAS, 2019, p. 1).

Observamos, ao analisarmos integralmente o romance de Bojunga, que o desejo da personagem protagonista de ter nascido menino relaciona-se ao anseio seu pessoal de usufruir da mesma liberdade conferida aos meninos, aos adultos e aos escritores. Trata-se, pois, de uma ideia bem distante da proposição interpretativa relacionada à ideologia de gênero. Concordamos, assim, com a assertiva de Peter Hunt no que se refere à necessidade de formar críticos capacitados para responder à censura atribuída à literatura infantil. Devemos lutar para que a opressão e a simples literatura prescritiva e pedagogizante não sufoquem a liberdade literária. Corroboramos, desse modo, com Coelho:

Sabe-se que nesses momentos de transformações, quando um sistema de vida ou de valores está sendo substituído por outro, o aspecto arte predomina na literatura: (ou o descompromisso em relação ao pragmatismo ético-social) é o que alimenta o literário e procura transformar a literatura na aventura espiritual que toda verdadeira criação literária deve ser (COELHO, 2000, p.47).

Com efeito, é preciso enfatizar o que diz, em outras palavras, Antônio Candido: a literatura é a representação de uma sociedade, por isso, todos os sujeitos que a compõem devem não só ter o direito ao acesso a estes textos, mas também ser por ela representados. Sabemos que a priori a literatura não tem nenhuma função pragmática, mas ela cumpre com o papel fundamental de humanizar o homem, pois é a literatura que nos remonta ao princípio do mundo, é por meio dela que podemos entender como o pensamento humano se constituiu ao longo dos anos até os dias de hoje. Como já mencionado anteriormente, a literatura recria uma realidade vivenciada ou imaginada, sem se limitar à função de doutrinar os seus leitores. Ela permite a imersão do sujeito em diversas realidades, fazendo com que a partir do contato com esta experiência estética o leitor possa alcançar o âmago de apreender os incalculáveis sentidos presentes no texto e no mundo que o circunda.

---

## **A BOLSA AMARELA, DE LYGIA BOJUNGA**

Nascida em Pelotas, Lygia Bojunga, foi a primeira escritora mulher brasileira a receber o Prêmio Hans Cristian Andersen (1982), além do Prêmio Astrid Lindgren Memorial Award (2004), dentre tantas outras honrarias pelas suas inúmeras obras literárias.

Em *A bolsa amarela*, romance originalmente publicado em 1976, Bojunga trata de algumas temáticas sociais inquietantes e desencadeia uma série de reflexões a partir dos questionamentos de uma criança em transição para a adolescência.

A narrativa gira em torno dos três desejos da protagonista: a vontade de ser gente grande, de ser menino e de ser escritora. Raquel, a personagem protagonista, é quem narra sua própria história, desse modo, configura-se um foco narrativo definido por Nelly Novaes Coelho como narrador confessional, isto é, “um eu-narrador que expõe as próprias experiências pessoais ou as de outros por ele testemunhadas” (COELHO, 2000, p. 68). Leiamos, aqui, um trecho desta obra literária para conferirmos a representação desta voz narrativa:

Eu tenho que achar um lugar pra esconder as minhas vontades. Não digo vontade magra, pequenininha, que nem tomar sorvete a toda hora, dar sumiço da aula de matemática, comprar um sapato novo que eu não aguento mais o meu. (BOJUNGA, 1993, p. 11).

É esse narrador em primeira pessoa, confirmado no excerto acima, que nos dá a conhecer, do início ao fim, a história de uma menina de imaginação singular. Raquel, personagem central do romance, é a filha caçula de quatro irmãos. Nascida em uma família patriarcal, ela se vê perdida em meio aos adultos de sua casa que zombam de sua imaginação e distorcem as suas ideias:

Aí meu irmão fechou a cara e disse que não adiantava conversar comigo porque eu nunca dizia a verdade. Fiquei pra morrer:  
- Puxa vida, quando é que vocês vão acreditar em mim, hem? Se eu tô dizendo que eu quero ser escritora é porque eu quero mesmo.  
- Guarda essas idéias pra mais tarde, tá bem? E em vez de gastar tempo com tanta bobagem, aproveita pra estudar melhor. Ah! e olha: não quero pegar outra carta do André, viu? (BOJUNGA, 1993, p. 8).

Por ser tratada com indiferença, resta à Raquel deixar fluir a sua criatividade e buscar meios para ser ouvida, ainda que em seu próprio imaginário. Para tanto, Raquel cria um

---

universo à parte e insere nele elementos e personagens mágicos que a acompanham na difícil travessia ao amadurecimento.

Ao pensar nesta fase do desenvolvimento humano, Coelho explica, em *Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática*, que este é o momento no qual o indivíduo se volta para a busca de sua própria identidade. De acordo com a estudiosa, a descoberta sobre o que fomos, somos e o que seremos é um processo arduo e híbrido, em que a verdade está condicionada à perspectiva do indivíduo. Nesta perspectiva, Coelho relaciona universo maravilhoso comumente representado na Literatura Infantil às fases iniciais do desenvolvimento humano:

O maravilhoso sempre foi e continua sendo um dos elementos mais importantes na literatura destinada às crianças. [...], ao provar que os significados simbólicos dos contos maravilhosos estão ligados aos eternos dilemas que o homem enfrenta ao longo de seu amadurecimento emocional (COELHO, 2000, p.54).

Na obra de *Bojunga*, o foco narrativo desempenha o que Coelho chama de “foco de consciência narrativa total, quando o narrador revela pleno conhecimento do seu universo literário, por dentro e por fora [...]” (COELHO, 2000, p. 69). Ao lermos a obra, podemos notar que, analogamente à voz predominante de Raquel, há determinadas passagens do texto narradas por outras vozes narrativas, advindas da imaginação da personagem protagonista:

Fui no meu esconderijo de nomes, peguei um nome que eu adoro, inventei uma amiga pra ele, e comecei a escrever pra ela:  
Era tão bom quando eu morava lá na roça. A casa tinha um quintal com milhões de coisas, tinha até galinheiro. Eu conversava com tudo quanto era galinha, cachorro, gato, lagartixa, eu conversava com tanta gente que você nem imagina, Lorelai. [...]. Agora tá tudo diferente: eles vivem de cara fechada, brigam à toa, discutem por qualquer coisa. E depois, toca todo o mundo a ficar emburrado. [...].  
Eu queria tanto achar um jeito de não dar mais bola pra briga e pra cara amarrada. Será que você não acha um jeito pra mim?  
Um beijo da Raquel.  
Ela escreveu a resposta na última folha do caderno de comunicação:  
Acho que o único jeito é você voltar pro quintal da tua casa. Lá o pessoal anda de mão dada, não tem briga, não tem cara amarrada, e ainda por cima tem gato, rio, galinheiro, aposto que até coelho tem. (BOJUNGA, 1993, p. 8; 9).

As personagens do romance um desempenham papel fundamental na narrativa, pois confluem o mundo empírico, habitado pela família, ao mundo fantasioso de Raquel, habitado pelas personagens criadas pela menina, em que se destacam: o Galo Rei, posteriormente nomeado como Afonso, O Terrível (galo-de-briga), a Guarda-Chuva e o Alfinete. Para melhor compreendermos esta proposta literária, vale pensarmos, aqui, na reflexão proposta por

Coelho relacionada à configuração do realismo mágico na Literatura Infantil:

Realismo Mágico: Obras em que as fronteiras entre realidade e imaginário se diluem, fundindo-se as diferentes áreas para dar lugar a uma terceira realidade, em que as possibilidades de vivências são infinitas e imprevisíveis. (COELHO, 2000, p. 158).

O tempo na narrativa é cronológico, ou seja, os fatos são narrados em uma sequência linear. Dessa forma, o tempo coopera para a verossimilhança da história, pois os eventos mágicos são relatados na mesma esfera temporal que os episódios empíricos, isto é, não há rupturas na marcação cronológica da narrativa. No excerto a seguir, nota-se que mesmo adentrando no universo imaginário, as ações de Raquel são explicitadas pela personagem na ordem linear dos fatos, uma após outra, cronologicamente.

Acordei de repente com um barulho esquisito. Olhei pra janela e vi o dia nascendo. Outra vez o barulho. Quase morro de susto: era um canto de galo; e ali bem perto de mim. Olhei minhas irmãs. Elas continuavam dormindo igualzinho, nem tinham ouvido canto nenhum. Espiei debaixo da cama, atrás da cadeira, dentro do armário - nada. Mas aí o galo cantou muito aflito: um canto assim de gente que tá presa e quer sair. "Tá dentro da bolsaamarela!" Abri a bolsa correndo. O galo saiu lá de dentro. - Puxa, se você não abre essa bolsa eu morria sufocado. (BOJUNGA, 1993, p. 14; 15).

Segundo Coelho (2000, p. 79), o tempo cronológico é o mais empregado nas narrativas realistas e assemelha-se ao mundo real. O espaço de uma narrativa, conforme explica a teórica, “determina as circunstâncias locais, espaciais ou concretas, que dão realidade e verossimilhança aos sucessos narrados” (COELHO, 2000, p.77). Nesse sentido, observa-se, na narrativa de Bojunga, o espaço natural, evidenciado pelos relatos vivenciados dentro da casa de Raquel, na casa da tia Brunilda, na roça, na praia e em outros ambientes facilmente identificáveis, pois se assemelham aos espaços cotidianos do mundo em que vivemos: “Tinha árvore pra subir, rio passando no fundo, tinha cada esconderijo tão bom que a gente podia ficar escondida a vida toda que ninguém achava”. (BOJUNGA, 1993, p. 8).

A casa da tia Brunilda é o espaço onde Raquel é colocada à prova: a menina é subjugada aos mandos e desmandos dos adultos, suas vontades não são consideradas e sua privacidade é tampouco respeitada. Neste contexto, a menina se vê obrigada a fazer todas as vontades dos outros, como se ela fosse o entretenimento da família:

Puxa vida, eu tinha dançado outro dia porque eu estava contente, com vontade de dançar. Mas agora eu queria ficar quieta comendo amendoim, será que ninguém ia

---

dizer: "deixa: ela não tá com vontade"? Esperei. Ninguém disse. Dancei. Pensando o tempo todo que eles não iam topar dançar pros outros sem vontade nenhuma. (BOJUNGA, 1993, p. 32)

Ao analisarmos o enredo de *A bolsa Amarela*, observamos que a autora oportuniza ao leitor um mergulho no universo imagético da infância, em que a criança busca instrumentos mágicos para vencer aos desafios cotidianos.

A falta de diálogo com os pais e com os irmãos leva Raquel a criar, em seu imaginário, dois personagens fictícios, André e Lorelai, com quem a menina troca correspondências. Nas cartas, Raquel se queixa das hostilidades que sofre dentro de casa e descreve as funções desempenhadas pelos membros de sua família. Não há tempo para as invenções de Raquel: seus irmãos estão sempre ocupados e seus pais trabalham bastante. Por isso, Raquel compreende que há algum equívoco relacionado à sua própria existência, além de deixar claro que não é fruto de uma gestação desejada. Leiamos, aqui, uma passagem da obra na qual temos acesso a essas reflexões da personagem:

"Querido André

Quando eu nasci minhas duas irmãs e meu irmão já tinham mais de dez anos. Fico achando que é por isso que ninguém aqui em casa tem paciência comigo: [...].

Não sei quantas vezes eu ouvi minhas irmãs dizendo: "A Raquel nasceu de araque. [...].

Tô sobrando, André. Já nasci sobrando. É ou não é? (BOJUNGA, 1993, p. 5).

As cartas que Raquel troca com seus amigos imaginários causam confusão, pois sua família não acredita que a menina tenha habilidade com a escrita e, conseqüentemente, possa escrever as cartas e as respostas a essas mesmas cartas. Na verdade, a família toda acredita se tratar de um plano de fuga e de conversa que a protagonista realmente estabelece com um menino. Raquel, por sua vez, no afã de ser escritora e para não ser mal interpretada, decide escrever um romance que tem como protagonista um galo, chamado Rei, a quem ela dá vida, do mesmo modo que o faz aos outros por ela criados no decorrer da narrativa:

Achei a idéia legal e escrevi o romance. Pequeno. Achei que pra começar era bom fazer um bem pequeno. Era a história de um galo chamado Rei - lindo de morrer - que um dia fica louco pra largar a vida de galo. Ele morava num galinheiro com quinze galinhas, mas ele era um cara muito igual e então achava que era galinha demais pra um galo só. (BOJUNGA, 1993, p. 20).

Em um certo dia, sua Tia Brunilda enviou, como de costume, uma doação de roupas à

---

mãe de Raquel. Em meio às doações, nunca havia servido ou sobrado algo para a menina, mas dessa vez sobrou-lhe uma bolsa amarela. Raquel imediatamente se afeiçoou à bolsa e o olhar apaixonado da menina enxerga no presente nuances, brilhos e beleza que só a visão de uma criança é capaz de notar. A bolsa amarela era o que Raquel precisava para guardar suas vontades que não paravam de crescer: a vontade de ser escritora, de ser gente grande e de ser menino. Juntaram-se às vontades de Raquel, dentro da bolsa amarela, o Terrível (o galo-de-briga), a Guarda-Chuva, o Alfinete e o Galo Rei que a menina inventara no início da narrativa, além de todos os nomes que a protagonista colecionava para dar aos personagens que volta e meia brotavam em sua imaginação.

Todas essas personagens imaginárias configuram-se como um contraponto em relação ao mundo real vivido por Raquel. Para melhor compreendermos este universo, leiamos a seguinte reflexão, proposta por Coelho:

[...] a importância basilar da literatura destinada às crianças: é o meio ideal não só para auxiliá-las a desenvolver suas potencialidades naturais, como também para auxiliá-las nas várias etapas de amadurecimento que medeiam a infância e a idade adulta. (COELHO, 2000, p. 43).

Podemos compreender, dessa forma, que no enredo de *A bolsa amarela* o mundo real e o mundo fictício emaranham-se e encadeiam-se em ações que formam um todo significativo. A confluência entre os dois mundos é realizada no momento em que o Galo, que ganha vida no imaginário de Raquel, chega a materializar-se para todos. Esse fato, ocorrido no ápice da narrativa, em uma passagem na qual o primo de Raquel quer, a todo custo, saber o que a menina carrega na bolsa, inflama ainda mais as vontades que a protagonista acolhia em sua sacola. Neste momento, a bolsa amarela estoura e dois galos, Afonso e Terrível, surgem dela. As demais personagens ficam perplexas com o episódio e o galo Afonso se apresenta como um animal mágico que fora contratado por Raquel para entreter todos que ali estavam. Percebemos, portanto, a confluência das fronteiras entre o real e o maravilhoso na narrativa:

- Senhoras, senhores, querido público! Sou um galo mágico. Aprendi uma porção de mágicas com um antigo dono mágico. A Raquel hoje me trouxe a essa distinta casa só pra divertir vocês e fazer a mágica da bolsa que engorda e desengorda. Tá feita. Agora posso ir m'embora. Vou noutra casa fazer a mágica do galo preso com uma corrente. Tchau! - E saiu mais que depressa, arrastando o Terrível. (BOJUNGA, 1993, p. 37).

Todas as personagens inventadas e personificadas por Raquel dão cor a uma narrativa

---

particular. O galo Afonso, por exemplo, foge do galinheiro, em busca de novos ideais, por não suportar dar ordens e cuidar de todas as galinhas. O galo pode ser compreendido como a transfiguração de um estereótipo machista que dita as ordens e doutrina o galinheiro, coisa que ele não quer ser. Essa personagem acolhe um efeito de sentido que sugere ao leitor a busca por uma identidade diferente daquela a que lhe é imposta. Afonso foge do seu destino, pois não se reconhece nele:

Fiquei danado. Subi no puleiro e berrei: "Não quero mandar sozinho! Quero um galinheiro com mais galos! Quero as galinhas mandando junto com os galos!"- Que legal! - Legal coisa nenhuma; me levaram preso.  
- Mas por quê? - Pra eu aprender a não ser um galo diferente. Me botaram num quartinho escuro. (BOJUNGA, 1993, p. 16).

Terrível, o galo que só pensava em brigar, liberta-se do pensamento de briga que o aprisionava à vida violenta. “A” Guarda-Chuva, elemento maravilhoso que insere na narrativa a visão feminina e suas belezas, é consertada e acompanha Afonso em sua busca por novos ideais, porém Alfinete permanece junto à Raquel.

Enquanto as personagens imaginárias encontram seus respectivos caminhos e soluções para os seus conflitos, as vontades de Raquel ganham novos matizes. A vontade de ser menino se esvai quando a protagonista descobre que o fato de ser menina não a limita mais, “fui andando e pensando que eu também queria ter escolhido nascer mulher: a vontade de ser garoto sumia e a bolsa amarela ficava muito mais leve de carregar” (BOJUNGA, 1993, p. 22).

A única vontade que permanece na cabeça e no coração de Raquel é a de ser escritora. Podemos compreender, dessa forma, que Bojunga eterniza nessa passagem da narrativa a importância da literatura infantil, do trabalho com as palavras e da construção de um mundo paralelo em que a criança se vê representada: “abri a bolsa amarela e tirei minha vontade de ser garoto e minha vontade de ser grande. Elas tinham emagrecido tanto que pareciam até de papel” (BOJUNGA, 1993, p. 59).

Ao finalizarmos a leitura de A bolsa amarela, notamos que os caminhos percorridos por Raquel, em seu universo fantástico, levam-na a soluções para seus conflitos. Diante da diversidade de desdobramentos da narrativa, evidencia-se que cada personagem mágica personificada pela menina é a metaforização dos dilemas por ela vividos. Compreendemos, assim, que a construção de sentido criada por Lygia Bojunga, ancorada entre a fantasia e o real, possibilita ao jovem leitor o contato com as questões profundas do processo de

reconhecimento individual do ser humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura Infantil, ao longo do tempo, ganha formas impressas por aqueles que julgam o teor de seus conteúdos, suas ilustrações e seus alcances. A crítica especializada é a linha que nivela a qualidade da escrita literária. No entanto, a literatura infantil e juvenil é ainda muito carente de uma crítica literária organizada, capaz de orientar os responsáveis pela educação dos jovens e crianças a estimular o interesse pela leitura.

Prova disso foi a censura, anteriormente mencionada, praticada pelo vereador em relação ao romance *A bolsa amarela*. É notório que a ação foi ancorada em uma leitura rasa, simplista e uma interpretação empobrecida da obra. O episódio configurou-se em situação na qual o senso comum opinou em um âmbito, que demanda opinião da crítica especializada, conforme evidenciamos ao longo deste artigo.

Em *A bolsa amarela*, há um compromisso da autora com os elementos éticos e estéticos que atravessam a sua criação literária. Bojunga introduz, por meio de elementos mágicos, os conflitos vivenciados por uma criança em seu próprio cotidiano. O contrário disso seria o que afirma Coelho: “ao ser ligada, de maneira radical, a problemas sociais [...], a literatura infantil e juvenil perde suas características de literariedade para ser tratada como simples meio de transmitir valores” (2000, p. 58).

Notamos, portanto, que os conflitos sociais e individuais vividos por Raquel, seus questionamentos em relação às injustiças sofridas por não ser compreendida, bem como à falta de voz e liberdade em meio à sua família, são introduzidos na narrativa de forma lúdica. Cada personagem fantástica da obra evidencia, metaforicamente, as inquietudes de Raquel. Zilberman, em *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*, aponta que a obra *A bolsa amarela* “narra o percurso de uma personagem na direção da segurança pessoal e da criatividade” (ZILBERMAN, 2005, p.72), o que coaduna com a perspectiva de Coelho: “esse maravilhoso, [...], é o mediador, por excelência, dos valores a serem eventualmente assimilados pelos ouvintes ou leitores para além do puro prazer que sua linguagem possa transmitir” (COELHO, 2000, p.44).

Desse modo, concluímos que a leitura literária é parte fundamental na formação do homem. A leitura de textos que problematizam temáticas complexas não deve ser privada das

crianças. Para que a experiência literária seja profícua, é necessário que a leitura das crianças conte com a mediação de orientadores capacitados. É importante que os temas sugeridos e os arranjos estéticos trabalhados na obra sejam satisfatoriamente problematizados.

Podemos, assim, responder positivamente à seguinte pergunta de Carlos Drummond de Andrade, em *A procura da poesia*: “Trouxeste a chave?” (59). Há muitas chaves e estas são adquiridas no processo de letramento literário em que o conhecimento de mundo do leitor é considerado e o mergulho nas camadas mais profundas do texto relaciona-se gradualmente às etapas de seu desenvolvimento.

Este trabalho fez-nos concluir que a censura empregada aos textos literários é um retrocesso que interfere negativamente no apoderamento da cultura, no desenvolvimento da subjetividade e na capacidade da criança lidar com a complexidade da vida.

Por fim, compreendemos que a Literatura Infantil ocupa um espaço para além do pedagógico, pois a arte dá asas à imaginação, faz com que reflitamos sobre as diferenças e semelhanças existentes no mundo, faz com que possamos experimentar as dores, as cores e os amores presentes na consciência de uma personagem desconhecida e, assim, conduz-nos a exercer a alteridade. A literatura faz com que nos vejamos representados dentro da sociedade em que vivemos, possibilitando-nos uma formação crítica, intelectual e reflexiva.

Que ela, a Literatura Infantil e Juvenil, alcance a liberdade de ser e de existir, e que todas as pessoas, sem distinção de cor, crença, nacionalidade e gênero sejam por ela representadas. Assim, finalizamos com a defesa de que a Literatura Infantil tenha alcance, liberdade e seja um direito de todos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A PROCURA DA POESIA*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/carlos-drummond-de-andrade/460651/>. Acesso em: 03/11/2020.

BOJUNGA, Lygia. *A bolsa amarela*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1993.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. 1.ed. São Paulo, Ed. Moderna, 2000.

DIAS, Ana Crelia. “A literatura infantil tem sido alvo do conservadorismo nos tempos atuais”. Jornal Rascunho, 09/09/2019. Disponível em: [rascunho.com.br/territorios-econflito/?fbclid=IwAR3aulBr0OYFhFuRs368oaRprqPEqg3xzHiwIqXwqyMF8\\_Au6dEMwUT34](https://rascunho.com.br/territorios-econflito/?fbclid=IwAR3aulBr0OYFhFuRs368oaRprqPEqg3xzHiwIqXwqyMF8_Au6dEMwUT34). Acesso em: 10/09/2020.

FERREIRA, Érika de Freitas. O maravilhoso como canalizador das emoções e da crítica social na obra A bolsa amarela de Lygia Bojunga. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura) - Universidade do Estado do Amazonas- Centro de Estudos Superiores de Parintins- UEA/ CESP. 2017.

HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

NIKLAS, Jan. Funcionários da prefeitura fazem vistoria na Bienal do Livro em busca de 'material impróprio'. Globo.com, 06/09/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/funcionarios-da-prefeitura-fazem-vistoria-na-bienal-do-livro-em-busca-de-material-improprio-23931567>. Acesso em: 15/09/2020.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 11.ed. Revista e ampliada. São Paulo: Global, 2003.

ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2005.